

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – FACIC
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

IGOR PEREIRA RODRIGUES

CONFUSÃO PATRIMONIAL EM EMPRESA FAMILIAR:
estudo de caso de uma rede de supermercados em Uberlândia

UBERLÂNDIA
NOVEMBRO DE 2019

IGOR PEREIRA RODRIGUES

**CONFUSÃO PATRIMONIAL EM EMPRESA FAMILIAR:
estudo de caso de uma rede de supermercados em Uberlândia**

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Carlos Antônio Pereira.

**UBERLÂNDIA
NOVEMBRO DE 2019**

CONFUSÃO PATRIMONIAL EM EMPRESA FAMILIAR: estudo de caso de uma rede de supermercados em Uberlândia

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Banca de avaliação

Prof. Carlos Antônio Pereira.

(Modalidade *BlindReview*)

(Modalidade *BlindReview*)

Uberlândia (MG), __ de Novembro de 2019.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar a percepção dos gestores em relação ao uso das informações contábeis gerenciais no que concerne à confusão patrimonial de uma empresa familiar. O estudo foi aplicado na empresa familiar, Supermercado Oliper LTDA Matriz e Filial, localizados nos bairros Morumbi e Dom Almir, no município de Uberlândia-MG. Este estudo é um levantamento descritivo e de abordagem qualitativa. A coleta dos dados foi realizada por meio de entrevista com questões estruturadas respondidas por sete gestores da empresa. Os resultados demonstram que entre os benefícios do uso da contabilidade, foi citada a tomada de decisões, auxiliando nos relatórios, utilizados em prestações de fluxos de caixas, apuração de impostos, registro de funcionários. Observou a não realização de troca de mandato como algo benéfico. Os entrevistados sugerem que é importante ter informações para definir os orçamentos anuais. Sobre o perfil da empresa, evidenciou-se que a mesma ainda incipiente no mercado atual, poderá ganhar mais destaque com a parceria com a rede Smart. Os resultados evidenciam que ocorre a confusão patrimonial na empresa haja vista que não existe a separação entre o que pertence à empresa e o que pertence aos sócios. Assim, espera-se, com este trabalho, contribuir para o aperfeiçoamento e desenvolvimento das empresas familiares que prestam serviços à comunidade, bem como para que os gestores possam avaliar as práticas contábeis e informações gerenciais como instrumentos de auxílio na tomada de decisões.

Palavras-chave: Contabilidade. Supermercado. Confusão Patrimonial.

ABSTRACT

The objective of this paper was to analyze the managers' perception regarding the use of managerial accounting information regarding the patrimonial confusion of a family business. The study was applied in the family business, Oliper LTDA Matriz e Filial Supermarket, located in Morumbi and Dom Almir neighborhoods, in the city of Uberlândia-MG. This study is a descriptive and qualitative approach survey. Data collection was performed through interviews with structured questions answered by seven company managers. The results show that among the benefits of the use of accounting, decision making was cited, aiding in the reports used in cash flow payments, tax assessment, and employee registration. He noted that no change of mandate was beneficial. Respondents suggest that it is important to have information to set annual budgets. About the company profile, it was evidenced that it is still incipient in the current market, could gain more prominence with the partnership with the Smart network. The results show that there is a confusion in the company since there is no separation between what belongs to the company and what belongs to the partners. Thus, it is hoped, with this work, to contribute to the improvement and development of family businesses that provide services to the community, as well as for managers to evaluate accounting practices and management information as tools to aid decision-making.

Keywords: *Accounting. Supermarket. Patrimonial Confusion.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	2
2.1 Empresa familiar.....	2
2.2 Confusão patrimonial.....	5
3 METODOLOGIA.....	8
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	10
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS.....	18
ANEXO.....	21

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade se modifica constantemente para acompanhar as mudanças sociais, econômicas e políticas do meio em que está inserida, as quais são ocasionadas pelas inovações tecnológicas, descobertas científicas e quebras de paradigmas nos últimos anos. O interesse dos pesquisadores em ampliar seus conhecimentos e a área contábil também é outro fator que impulsiona esse ciclo (ALMEIDA; VARGAS; RAUSCH, 2011).

Nos últimos anos evidencia-se que a concorrência em busca de mercado torna-se cada vez mais forte, com mudanças diárias nos rumos dos negócios, devido a uma economia globalizada, que interfere cada vez mais nos caminhos, tornando o mercado volátil e dinâmico, onde não mais sobrevivem os desorganizados e sem estruturas, surgindo à necessidade de organização das empresas no sentido de enfrentarem as dificuldades e se prepararem para a concorrência (KOLIVER, 2010).

Percebe-se que as organizações, apesar da necessidade, não possuem uma estrutura para gerir as informações dentro de suas repartições; estrutura esta que tenha por objetivo, além de gerar as informações econômicas e financeiras, subsidiar seus gestores na tomada de decisões (LOPES, 2008). Quando as possuem, essas informações são geradas muitas vezes, ou em muitas organizações, por procedimentos inconsistentes e sem fundamentação, levando a conclusões erradas, neste contexto, cresce cada vez mais, a importância do controle interno nas organizações, principalmente em empresas familiares, cujo objetivo de crescimento muitas vezes esbarra na desorganização e inoperância de suas estruturas (FUJI; SLOMSKI, 2003).

A noção de confusão patrimonial ainda é incerta, todavia, não impede que seja frequentemente deduzida pelos tribunais a partir de um complexo de elementos materiais que se verificam nos casos que diante deles se põem. Nesse contexto, a confusão patrimonial aparece como a verdadeira antítese do próprio sentido da pessoa jurídica, ela mesma uma técnica de separação patrimonial (ASCARELLI, 2003).

Diante disso, é importante destacar que no atual cenário econômico do Brasil, as empresas que conseguiram a sobrevivência frente às persistentes crises, certamente se preocuparam em se ter uma boa governança corporativa, a qual surgiu com o intuito de auxiliar nos controles internos e externos de uma instituição, sendo importante destacar que algumas políticas adotadas erroneamente ao longo dos anos na instituição podem influenciar para a não continuidade da empresa (KOLIVER, 2010).

Deste modo, para auxiliar os sócios na administração e cumprimento das normas exigidas, o profissional de contabilidade é contratado para prestar serviços, registrando os atos e fatos da gestão patrimonial, com intuito de fornecer informações confiáveis aos usuários e proteger o patrimônio dos envolvidos (SORNBERGER *et al.*, 2009).

O problema norteador que motivou o presente estudo é: como a informação contábil gerencial auxilia o processo de tomada de decisão na empresa familiar em estudo, a fim de evitar a confusão patrimonial? Com base no exposto, este estudo tem como objetivo analisar a percepção dos gestores em relação ao uso das informações contábeis gerenciais no que concerne à confusão patrimonial de uma empresa familiar. O estudo foi aplicado na empresa familiar, Supermercado Oliper LTDA Matriz e Filial, localizados nos bairros Morumbi e Dom Almir, no município de Uberlândia-MG.

Esse trabalho foi desenvolvido devido à necessidade de conhecer a percepção dos gestores frente à confusão patrimonial e pela pouca quantidade de estudos encontrados sobre este assunto na literatura. Assim, o estudo se torna relevante tanto para o meio acadêmico no sentido de propiciar a discussão da contabilidade para uma empresa familiar, no que se refere à confusão patrimonial, quanto para o meio profissional na aplicação da contabilidade de forma a favorecer a qualidade da informação, por trazer dados recentes do gerenciamento contábil em empresa familiar. Ainda, acredita-se que os resultados deste trabalho possam contribuir para a reflexão e debate teórico acerca do tema, incentivar e fomentar pesquisas científicas na graduação.

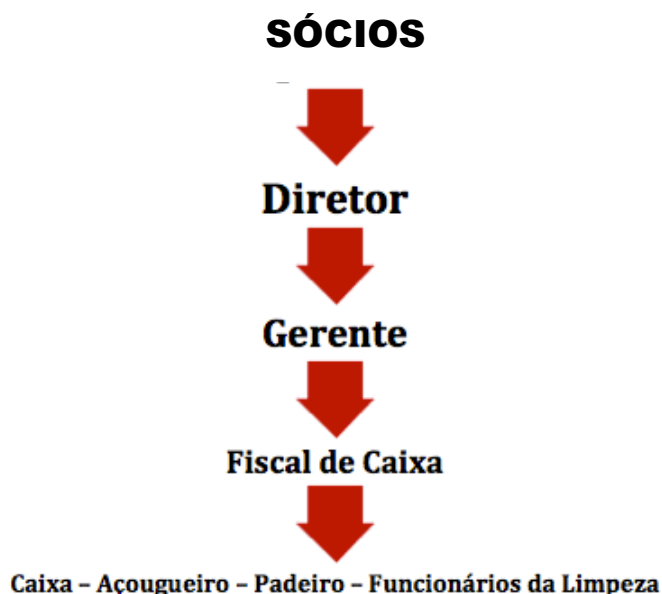
2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Empresa Familiar

A empresa em estudo, Supermercado Oliper LTDA foi fundada em junho de 2007 com sede e filial situadas em Uberlândia-MG. Ganhou destaque ao receber o prêmio da Maximus Cult, passando a ser destaque do ano em 2013, recebendo o título novamente por vários anos consecutivos.

A tendência apresentada pelos proprietários é estar sempre melhorando o atendimento. A missão da empresa é atingir a excelência para satisfazer as necessidades dos clientes com variedades e praticidade, para fidelização dos clientes.

Figura 1: Organograma da empresa.



Fonte: Supermercado Oliper LTDA.

Para uma adequada conceituação de empresa familiar, é necessário levar em conta, além de a família exercer a gestão com base na propriedade, mas também o estilo com que a mesma é administrada (GONÇALVES, 2000).

Parece correto, portanto, na definição de empresa familiar, considerar a relação propriedade e gestão, ou seja, aquela em que um ou mais membros de uma família exercem a maior parte do controle administrativo por ser proprietário da maior parte do capital, observa-se que a gestão é exercida com base na propriedade e existe perfeita relação entre ambas, sobre isso, Castells (1999) relata que o critério mais adequado está na relação entre propriedade e controle.

As empresas familiares são aquelas em que uma família tem o controle da gestão, onde os membros dessa família participam e trabalham na empresa, “a empresa familiar é aquela em que a importância da sucessão da diretoria está ligada ao fator hereditário e onde os valores institucionais da firma identificam-se com o sobrenome da família ou com a figura de um fundador” (TRAJANO, 2008, p. 10).

Galli et al. (2013, p.6) apontam seis itens que, quando presentes em uma organização, podem identificá-la como familiar:

a) o controle acionário pertence a uma família; b) os laços familiares determinam a sucessão do poder; c) os parentes ocupam posições estratégicas na administração; d) os valores da organização identificam-se com os da família; e) os atos dos membros da família repercutem gestão da empresa, não importando se nela atuam; f) ausência de liberdade para vender as participações/quotas herdadas da empresa.

Diante do cenário de empresas familiares, muitos acreditam que quando a família e a empresa se unem isso acaba por enfraquecer a eficiência da gestão dos negócios, e como pode-se destacar, existem no mercado grandes empresas que tem como início a gestão familiar (LOPES, 2008).

Os grandes problemas existentes nas empresas familiares estão associados ao relacionamento, como a falta de um código de ética, a cultura organizacional vista com sentimentalismo e paternalismo e por essa razão a função de cada membro da família tem que ser definida com muita objetividade. Para Miorin (2014) os erros mais comuns cometidos em empresas familiares são:

a) ausência de qualificação profissional; b) centralização do poder; c) misturar contas pessoais e corporativas; d) permanecer na zona de conforto; e) demora em iniciar o processo de sucessão; f) dois profissionais dirigindo a mesma área e g) não buscar ajuda externa de empresas especializadas em administração.

Trajano (2008) ressalta que há três tipologias básicas usadas para classificar as empresas familiares, que envolve a tradicional onde basicamente a família detém o poder por completo, com pouca transparência administrativa e o capital é fechado, a híbrida que a família ainda detém o controle dos negócios, mas pelo capital ser aberto, há mais transparência e participação de pessoas que não fazem parte de família, e a de influência familiar em que família está afastada do poder, mas tem participação acionária e o seu capital está investido em ações do mercado.

Nessa vertente, as empresas familiares também têm várias formas e classificações, e nessa vertente podemos destacar três formas diferentes: proprietário controlador, fase em que o fundador tem o controle total e está no comando dos negócios, é o estágio inicial da empresa e todos os outros estágios serão afetados por esta fase; sociedade entre irmãos, que

esta segunda fase a empresa começa a sua expansão, e então o poder não é mais de apenas um controlador, e sim compartilhado entre irmãos, ou é passado de pai para filho; e propriedade de primos, fase da empresa em que já está em um nível maduro de desenvolvimento, onde a maioria dos acionistas já não está na empresa, apenas alguns membros da família tem acesso direto aos negócios (GALLI et al., 2013).

De acordo com Trajano (2008), as empresas familiares começam com porte pequeno, com um ou dois membros da família como fundadores e gestores de negócios, e conforme vão ampliando, outros membros da família são nomeados com cargos de confiança, sendo importante destacar que nem sempre essas pessoas nomeadas estão aptas para os cargos, o que acarreta vários problemas estruturais, principalmente quando ocorre o crescimento da empresa.

As microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP) normalmente são formadas por pessoas da mesma família, que ao adquirirem certo capital, enxergam no pequeno negócio a oportunidade de ter uma ocupação, um emprego próprio (CEZARINO; CAMPOMAR, 2009).

Sobre isso, Anholon et al. (2007) relata que entre as principais características de gestão das MPEs brasileiras, destacam-se o baixo volume de capital, as altas taxas de natalidade e mortalidade, registros contábeis inadequados, comprometendo a análise e a gestão financeira, sendo ainda vislumbrados como desafios de gestão, a presença expressiva de proprietários, a ausência de diferenciação entre os patrimônios do proprietário e da organização.

Lenzi e Kiesel (2009) mencionam que inúmeras causas geram o fracasso das MPEs, e entre elas estão à falta de planejamento e a ausência de análise financeira e de custos inadequados, o que poderia ser contornado com a ajuda da contabilidade gerencial e a gestão de custos.

2.2 Confusão Patrimonial

Para Miceli (2014) empresas de sucesso durador devem ser bem governadas, pois impactará no plano de carreira de todos os envolvidos e na sociedade como um todo. Em suma o objetivo proposto buscando a verdade de Miceli é relevante, pois juridicamente a confusão patrimonial pode alterar dados irreversíveis tanto quanto no financeiro como também nos fluxos de caixa. Sob pena jurídica por fraudes ou lesão de interesses.

Nesse sentido o patriarca, em geral o controlador das empresas familiares deve implementar mecanismo de controle para impedir, que ocorra esse problema nas suas empresas, “(...) sócio utiliza o patrimônio da pessoa jurídica para realizar pagamentos pessoais e vice-versa, atentando contra a separação das atividades entre empresa e sócio”. (FARIAS, 2009 p. 309). Uma simples retirada de caixa para uma despesa pessoal pode trazer danos no ciclo operacional da empresa. Tal atitude de desconsideração da personalidade jurídica é regida por lei 11.382/2006.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), afirmou que o patrimônio empresa não pode de maneira nenhuma se confundir com o patrimônio dos sócios, regida por lei. Em suma “O desvio de finalidade tem ampla conotação e sugere uma fuga dos objetivos sociais da pessoa jurídica, deixando um rastro de prejuízo; direto ou indireto, para terceiros ou mesmo para outros sócios da empresa” (FARIAS, 2009, p. 386). No ato do contrato social a empresa passa a ter personalidade jurídica própria, e aquele capital e obrigações inerentes passam a ser de responsabilidade da instituição criada, conforme (artigos 45 e 985, do código civil).

A autonomia patrimonial, que significa que o patrimônio da sociedade não se confunde com o de seus sócios, como ressalta Martins (2011, p.162) ao referir que “esse patrimônio pertence à sociedade e não aos sócios; é justamente a totalidade do patrimônio que vai responder, perante terceiros, pelas obrigações assumidas pela sociedade”, e por tal motivo é que é possível um investimento maior em algumas atividades econômicas de risco.

O patrimônio advém da contribuição dada por cada sócio que constitui a pessoa jurídica para que esta inicie. Insta salientar que o capital não é composto somente de patrimônio social, pois “à medida que se instalam e iniciam negociações, a sociedade vai progressivamente conquistando bens móveis e imóveis que podem passar por processo de valorização. [...] O conjunto de todos esses bens é chamado de patrimônio” (FREITAS, 2002, p.50).

Coelho (2003, p.29) explica que [...] quando a responsabilização dos sócios por dívida da sociedade é feita com respeito à natureza subsidiária, prescrita no direito comercial, ela tem lugar no processo de falência da sociedade, porque pressupõe o prévio exaurimento do patrimônio social.

O artigo do Código Civil que trata do assunto em relação à sociedade simples é o artigo 1023, que diz que os sócios responderão pelo saldo remanescente na proporção em que participarem das perdas. No entanto, somente haverá tal responsabilidade se o

patrimônio da sociedade não cobrir o total da dívida. Ainda, o Código Civil traz uma peculiaridade, o fato de que é possível que haja a responsabilização do ex-sócio da pessoa jurídica. Contudo, há um limite, somente até dois anos da averbação que faz a modificação do contrato social da sociedade. O parágrafo único do artigo 1003 do Código Civil também prevê que a responsabilidade será solidária.

Freitas (2002, p.50) esclarece que este patrimônio que constitui a pessoa jurídica pertencerá a esta durante sua existência. Os sócios somente terão direito à parte que integralizaram quando da constituição da sociedade caso decidam por não mais fazer parte desta.

Galli et al. (2013) menciona que em vista a personalização da sociedade, muitos sócios têm se valido da autonomia patrimonial para fraudar ou praticar abusos através de sua empresa. Com o intuito de impedir tais atos, foi criada a Disregard Doctrine, instituto que visa a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade para atingir o patrimônio do sócio, conhecido como teoria da penetração, este instituto está sendo comumente aplicado com vistas a coibir a fraude contra os credores da sociedade.

A teoria da desconsideração da personalidade jurídica surgiu jurisprudencialmente, no direito anglo-saxão, por meio de um empresário que possuía um fundo de comércio que, mais tarde, decidiu cedê-lo à sua nova companhia, criada juntamente com outros seis integrantes de sua família, mesmo diante da reforma pela Casa dos Lordes, a desconsideração da personalidade jurídica teve repercussão em vários países (LOPES, 2008).

A teoria subjetiva, desenvolvida por Rolf Serick (BIANQUI, 2011, p.25-26), afirma que o princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica é a regra, ou seja, o patrimônio da pessoa jurídica não se confunde com o patrimônio da pessoa física, aquele que compõe a sociedade, e a desconsideração de tal autonomia é a exceção à regra.

Confusão Patrimonial é um termo simples na prática, no entanto, rotineiramente observamos que a compreensão e o exercício em manter patrimônio da pessoa física e da pessoa jurídica em campos distintos são extremamente. Acontece a confusão patrimonial quando os negócios dos sócios se confundem com os da pessoa jurídica, situações em que ocorre o abuso da personalidade jurídica, desvio de finalidade, ou seja, casos em que a pessoa jurídica serve de instrumento para acobertar atos ilícitos (GALLI *et al.*, 2013).

Desse modo, confusão associa-se ao ato ou efeito de confundir, de aparentar ser, falta de distinção entre coisas diferente, o “sócio utiliza o patrimônio da pessoa jurídica

para realizar pagamentos pessoais e vice-versa, atentando contra a separação das atividades entre empresa e sócio” (FARIAS, 2009, p. 309).

No campo da contabilidade o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) adotou o Princípio da Entidade, disse que o patrimônio da pessoa jurídica não pode jamais se confundir com o patrimônio de seus sócios ou proprietários.

Além da não observância de um Princípio Contábil, a empresa fica sujeita há algumas penalizações, uma das maiores punições é “desconsideração da personalidade jurídica”, para Farias (2009, p. 386) “o desvio de finalidade tem ampla conotação e sugere uma fuga dos objetivos sociais da pessoa jurídica, deixando um rastro de prejuízo; direto ou indireto, para terceiros ou mesmo para outros sócios da empresa”.

O princípio da preservação da empresa reconhece que, em torno do funcionamento regular e desenvolvimento de cada empresa, não gravitam apenas os interesses individuais dos empresários e empreendedores, mas também os metaindividuais de trabalhadores, consumidores e outras pessoas; são estes últimos interesses que devem ser considerados e protegidos, na aplicação de qualquer norma de direito comercial (COELHO, 2012).

Os requisitos adotados para a desconsideração da personalidade jurídica são entendidos pela jurisprudência e doutrina como objetivos, não necessitando a demonstração do intuito fraudulento dos constituintes da pessoa jurídica. No entanto o judiciário configurando a confusão patrimonial, pode o juiz decidir que bens particulares dos administrados e sócios da empresa sejam utilizados para quitar dívidas da entidade (art. 50 do Código Civil).

Apesar de toda a complexidade e a dificuldade do empresário se adequar ao Princípio da Entidade ou da Autonomia e Preservação da Empresa, a solução é muito mais simples. A orientação é que se estipule um valor de retirada mensal chamado de Pró-Labore (salário do sócio) e que, com este pró-labore, o sócio pague suas despesas, totalmente separado do movimento da empresa. Havendo lucro, a empresa poderá distribuí-los aos sócios, porém, de forma documentada (TRAJANO, 2008).

3 METODOLOGIA

O presente estudo classifica-se como descritivo e se propõe a apresentar a percepção dos gestores do modo como a informação contábil gerencial é utilizada para evitar a confusão patrimonial na empresa Supermercado Oliper LTDA. Segundo Gil (2002), a

pesquisa descritiva é desenvolvida como levantamento ou observações do objeto de pesquisa, no qual os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que ocorra a interferência do pesquisador.

A abordagem metodológica adotada é qualitativa. Quanto aos procedimentos foi utilizada a entrevista, que de acordo com Freitas et al. (2000 p. 105) é o tipo de pesquisa que pode ser descrita “como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas”.

O Supermercado Oliper LTDA nos últimos anos vem ganhando destaque em eventos em Uberlândia MG, sendo recompensado com um dos prêmios mais relevantes da Maximus Cult, passando a ser destaque do ano em 2013, recebendo o título novamente por vários anos consecutivos. Essa posição de destaque aumenta a importância sobre o estudo de caso do trabalho, pois passou a ser naquele momento uma referência para os interessados.

A coleta dos dados foi realizada mediante a aplicação de entrevista via questões estruturadas para os gestores das empresas Matriz e Filial do Supermercado Oliper. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 201), o questionário é “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

A população do estudo abrangeu gestores, auxiliar administrativo, sócios, gerente, gerente de operação e profissional contábil, sendo, portanto a amostra constituída por 7 pessoas, que se prontificaram a participar da pesquisa. A entrevista foi realizada pessoalmente na empresa, sendo aplicada on-line apenas para os sócios, por questão de logística.

Para a construção do questionário seguiram-se as etapas propostas por Aaker et al. (2001), sendo: planejar o que vai ser mensurado; formular as perguntas para obter as informações necessárias; definir o texto e a ordem das perguntas e o aspecto visual do questionário; testar o questionário utilizando uma pequena amostra, em relação a omissões e ambiguidade; caso necessário, corrigir o problema e fazer um novo pré-teste.

O questionário aplicado foi constituído por duas partes, a primeira referente à caracterização do respondente e a segunda referente à percepção dos entrevistados frente ao uso da informação contábil gerencial na gestão do supermercado e uma questão sobre a confusão patrimonial. Diante das assertivas propostas, os respondentes relataram suas opiniões frente à temática abordada. Para a análise dos dados, na primeira etapa, utilizou-se a estatística descritiva para a caracterização dos respondentes.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A primeira seção da entrevista teve como objetivo traçar o perfil dos respondentes. A Tabela 1 apresenta a caracterização destes.

Tabela 1 – Caracterização da amostra.

Sexo		Escolaridade
Feminino: 28,58%	Masculino: 71,42%	Ensino Fundamental: 28,58%
Idade		Ensino Médio Completo: 14,29%
Até 26 anos: 28,58%		Ensino Médio Incompleto: 14,29%
Acima de 26 anos: 71,42%		Ensino Superior Completo: 28,58%
		Ensino Superior Incompleto: 14,29%
Função na empresa		Ligação com o administrador da empresa
Gerente: 28,58%		Sócio proprietário: 28,58%
Sócio: 28,58%		Terceiro com ligação: 28,58%
Auxiliar administrativo: 14,29%		Terceiro sem ligação: 42,84%
Profissional contábil: 14,29%		Conhecimento sobre contabilidade
Outras áreas: 14,29%		Muito conhecimento: 42,84%
Tempo de gestão atual		Pouco conhecimento: 42,84%
Acima de 2 anos: 28,58%		Nenhum conhecimento: 14,29%
Acima de 5 anos: 28,58%		
Acima de 10 anos: 42,84%		

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que a maioria dos participantes da pesquisa é do gênero masculino (71,42%) e a faixa etária predominante é acima de 26 anos (71,42%), 28,58% possuem Ensino Superior Completo e esta mesma porcentagem possui Ensino Fundamental. No que se refere a função exercida na empresa, destacam-se os dois sócios (28,58%) e dois gerentes (28,58%), sendo apenas um representante da área contábil (14,29%). Sobre o tempo de gestão, 42,84% estão atuando há mais de dez anos, infere-se que 42,84% dos profissionais entrevistados não tem ligação com os sócios da empresa e 14,29% dos entrevistados ressaltaram não ter conhecimento a cerca da contabilidade.

Foi possível observar que os gestores, na maior parte são terceiros não possuindo nenhuma ligação com os sócios-proprietários das empresas, o que é um pouco atípico em empresas desse porte, pois normalmente os gestores possuem relação familiar, fato esse que pode interferir na correta aplicação do princípio da entidade, pois essa proximidade da família com a empresa faz com que essa confusão seja bem comum (GALLI et al., 2013).

Por se tratar de empresa familiar, deve-se ressaltar a importância da administração ser realizada por profissional sem ligação com os sócios, haja vista que se a administração não for profissional, poderá afetar a empresa e os desejos da família podem acabar

prejudicando o negócio, uma vez que o que seja bom para a família, pode não ser o melhor para a empresa (PINHEIRO, 2009).

No que se refere ao item de conhecimento da contabilidade, grande parte possui muito conhecimento em contabilidade (42,84%), todavia, a mesma porcentagem (42,84%) relatou ter pouco conhecimento, mostrando, assim, que grande parte dos administradores não é leiga nesse assunto, de modo que poderiam estar fazendo melhor uso da contabilidade, pois, além de a mesma atender às necessidades do governo, pode ser útil como ferramenta auxiliar na gestão empresarial, sendo seu objetivo prover o usuário de informações econômicas, financeiras e físicas relativas ao patrimônio da entidade, bem como suas mudanças (LOPES, 2008).

Os gestores que não têm conhecimento sobre contabilidade são orientados pelo profissional contábil que atende às empresas, podendo desta forma perceber que os profissionais contábeis que prestam serviços a essas empresas, buscam orientar os administradores para que seja feita a correta aplicação desse princípio. Sendo assim, os gestores, além de possuírem conhecimentos contábeis, são orientados a fazerem uso da contabilidade (PINHEIRO, 2009).

Na segunda etapa da entrevista realizada com os gestores, apresentaram-se várias questões relacionadas aos fatores que geram a confusão patrimonial. Assim, no Quadro 1 evidenciam-se os resultados com a percepção dos gestores, sobre os benefícios que o uso da informação contábil gerencial e financeira apresentam para a empresa familiar.

Quadro 1: Benefícios do uso da informação Contábil Gerencial e Financeira em empresa familiar.

Benefícios do uso da informação Contábil Gerencial e Financeira em empresa familiar	Opiniões
1. Na tomada de decisões (como, de que forma, você já utilizou, para obter resultados positivos, quais são as dificuldades de utilização).	Auxiliando nos relatórios, utilizados em prestações de fluxos de caixas, apuração de impostos, registro de funcionários. Já teve resultados positivos, junto à informação contábil e uma dificuldade é entregar todos os dados para a contabilidade “mastigado”. Ajuda em quais produtos pode comprar, traz benefícios em questões de impostos. Em empresas pequenas e familiares, normalmente a informação contábil chega “atrasada” para a tomada de decisões, devido a dificuldade de se analisar e interpretar as movimentações e situações.
2. Na transferência de mandatos ou troca de administrador (para qual finalidade).	Não vê com relevância essa finalidade, pois não existe troca de mandatos dentro da empresa e quando ocorre é por motivos pessoais.
3. Na elaboração do Orçamento anual.	Importante ter informações para definir os orçamentos, todavia não é uma prática realizada pelo setor contábil da empresa.
4. Na prestação de contas anual à Assembleia Geral	Não tem prestação de contas para a assembleia, seria

ou para prestação de contas em reuniões periódicas.	importante ter.
5. No controle do fluxo de caixa (entrada e saída de recursos).	É essencial, pois a entrada e saída de recurso que a contabilidade envia são importantes para tomar a decisão nas compras.
6. Nas situações de ações judiciais	É importante, haja vista que auxilia nas advertências e suspensão de funcionários além de dar o apoio para com os encargos trabalhistas, todavia, nunca houve ação judicial na empresa.
7. Controles internos (estoque, departamento de pessoal, tributos)	É importante por auxiliar no controle de estoques, e tem previsão de muita melhoria para os próximos anos. Destaca-se ainda no que se referem os controles internos, muitos são os benefícios, pois podem apontar possibilidades de melhoria e, em alguns pontos, somente após análise contábil, é possível ver falhas de processos, como controle de estoque, formação de preço de venda, fluxo de caixa, etc.

Fonte: Dados da pesquisa.

Verificou-se de acordo com o Quadro 1, que os principais benefícios sobre o uso da contabilidade gerencial e financeira na empresa referem-se a tomada de decisões, auxiliando nos relatórios, utilizados em prestações de fluxos de caixas, apuração de impostos, registro de funcionários. Já teve resultados positivos, junto à informação contábil e uma dificuldade é entregar todos os dados para a contabilidade “mastigado”. A empresa não realiza troca de mandatos, portanto não vê com relevância essa finalidade. Os entrevistados sugerem que é importante ter informações para definir os orçamentos, todavia não é uma prática realizada pelo setor contábil da empresa, no que se refere ao orçamento anual.

No que tange a prestação de contas, observa-se que não é realizada para a assembleia, sendo vivenciada apenas em reuniões informais. O controle de fluxo de caixa é visto como essencial, pois a entrada e saída de recurso que a contabilidade envia são importantes para tomar a decisão nas compras. Nota-se ainda que o uso da contabilidade nas ações judiciais é importante, haja vista que auxilia nas advertências e suspensão de funcionários além de dar o apoio para com os encargos trabalhistas, todavia, nunca houve ação judicial na empresa. Nos controles internos, destaca-se o apontamento de possibilidades de melhorias, verificação de falhas de processos, como controle de estoque, formação de preço de venda, fluxo de caixa etc.

Percebe-se que, na grande maioria, os entrevistados ainda possuem a visão de que a contabilidade é necessária para atender somente às exigências fiscais, pois, mencionam o uso contábil como ferramenta necessária para atender apenas às exigências fiscais, não sendo necessária também para auxiliar na tomada de decisões.

Sendo assim, é possível perceber que o fato de a informação contábil não estar sendo utilizada para a tomada de decisões, faz com que os gestores não tenham o cuidado em separar devidamente o que pertence à empresa do que pertence aos sócios. Essa confusão distorce os números contábeis da empresa, não sendo possível mostrar corretamente a situação em que a mesma se encontra, produzindo, assim, relatórios contábeis não confiáveis para fins gerenciais.

Sobre isso, Lopes (2008) esclarece que a contabilidade não vem sendo utilizada como ferramenta auxiliar na tomada de decisões empresariais, pode ser esse o motivo da pouca importância dada à aplicação do princípio da entidade, pois os gestores não estão preocupados com os números exatos sobre a empresa.

No Quadro 2, evidencia-se o perfil da empresa investigada. Observa-se que os entrevistados percebem a empresa sem forte participação no mercado atual, mas que tem sua parcela de contribuição no mercado na região em que atua, caminhando com seriedade por anos na cidade, acreditando ainda que a mudança para Smart traga um crescimento maior para a empresa. Sobre os papéis menos relevantes da contabilidade para a empresa, verifica-se a parcela gerencial da contabilidade, que deve ser utilizada para a tomada de decisões.

Grande parcela das decisões gerenciais é tomada pelo sócio/administrador sem a utilização de informações contábeis, devido à dificuldade de obtenção de dados reais e de fácil interpretação.

Quadro 2: Perfil da empresa.

Perfil da empresa	Opiniões
1. Como você enxerga a imagem da empresa perante o mercado?	Uma empresa sem forte participação, mas que tem sua parcela do mercado na região em que atua, caminhando com seriedade por anos na cidade. Com prêmios significativos no meio em que se enquadra. Acredita que a mudança para Smart traga um crescimento maior para a empresa.
2. Qual é o principal papel da contabilidade para a empresa? E quais são os papéis menos importantes que são de obrigação da contabilidade para com a empresa?	A empresa atua principalmente para atender demandas e necessidades fiscais. Papel de auxiliar no fluxo de caixa, gerar as guias de impostos a pagar e os papéis menos importante é a busca por alvarás, licenças e obrigações. A parte menos utilizada pela empresa é a parcela gerencial da contabilidade, que deve ser utilizada para a tomada de decisões. Grande parcela das decisões gerenciais é tomada pelo sócio/administrador sem a utilização de informações contábeis, devido a dificuldade de obtenção de dados reais e de fácil interpretação.

3. A contabilidade atual da empresa desempenha seu papel de forma satisfatória?	Não, devido a falhas internas da empresa quanto ao fornecimento de informação e de rotinas internas. A contabilidade deixa a desejar em alguns aspectos, principalmente nos relatórios de balanço patrimonial.
4. O profissional da área contábil que presta esse serviço orienta os administradores para que façam a devida separação entre o que pertence à pessoa jurídica do que pertence à pessoa física.	Orienta a não misturar o patrimônio dos sócios com os da empresa. Tanto que exige que seja enviado o nome na retirada de recursos da empresa para agregar no pró-labore. Alguma dúvida a contabilidade entra em contato
5. A empresa enxerga a contabilidade essencial para auxiliar na tomada de decisão.	Não, pois algumas decisões são mais na experiência que nas demonstrações.

Fonte: Dados da pesquisa.

No que refere-se ao profissional da área contábil que presta esse serviço orientar os administradores para que façam a devida separação entre o que pertence à pessoa jurídica do que pertence à pessoa física, os entrevistados mencionaram que sim, existe essa orientação e comumente, orienta a não misturar o patrimônio dos sócios com os da empresa. Este resultado está em consonância com os achados de Trajano (2008), que em seu estudo verificou que os gestores são orientados pelo profissional contábil que atende às empresas, o qual os orienta a fazerem a devida separação entre o que pertence à pessoa jurídica e o que é da pessoa física.

Percebe-se assim que os profissionais contábeis que prestam serviços a essas empresas, na grande maioria, procuram orientar os administradores para que seja feita a correta aplicação desse princípio. A empresa não enxerga a contabilidade essencial para auxiliar na tomada de decisão, ressaltando que nesse caso, a experiência sobressai à função.

Lopes (2008) menciona que a relação empresa-contador ocorre em grande parte para atender apenas às exigências legais e fiscais impostas pelo Estado, não sendo a Contabilidade útil para cumprir a função de fornecer informações úteis, oportunas e tempestivas para a tomada de decisão.

Na sequência, o Quadro 3, apresenta os resultados sobre a gestão e confusão patrimonial.

Quadro 3: Gestão e confusão patrimonial.

Gestão e confusão patrimonial	Relatos
1. A empresa faz a devida separação entre o que pertence à empresa e o que pertence aos sócios	Não. A confusão no que se refere ao patrimônio de PF e PJ, principalmente quando a PF toma recursos da PJ sem a devida justificativa quanto essas retiradas de recursos.
2. A mistura das contas da pessoa física com a jurídica atrapalha a empresa?	Sim, pois atrapalha o fluxo de caixa da empresa e dificulta o entendimento entre o lucro contábil e o fluxo de caixa, visto que a reconciliação entre lucro e

	caixa não tem apenas operações da empresa. Desse modo, torna-se difícil encontrar falhas de caixas operacionais.
3- A formação profissional afeta a gestão?	A formação profissional não afeta a gestão, tanto que os sócios não tem formação acadêmica e a empresa esta no mercado há bastante tempo. O conhecimento prévio auxilia na administração, porém apenas em conjunto com a vivência de mercado é possível moldar as práticas de gestão.
4- Você acredita que a experiência da prática do mercado de trabalho é mais importante que os conhecimentos adquiridos por meio de estudos? Por quê?	A experiência é mais essencial na tomada de uma decisão do que uma faculdade. Pois existe diferença entre a prática e a teoria.
5- A sobrecarga do gestor e o fator cultural são consequências geradas pela confusão patrimonial?	Sim, muitas vezes por comodidade e para gerar facilidade nas rotinas, os gestores preferem “confundir” o patrimônio, a ter que despender tempo para praticar o que se considera correto.
6- Na sua opinião, quais são os possíveis problemas gerados pela mistura entre bens de sócios, empresa e funcionários? E quais as consequências que podem ser identificadas dessa confusão patrimonial?	Falta de segregação e conhecimento dos resultados da empresa. Falta de capital. Problemas de caixa e capital.
7- A confusão patrimonial atua sobre tomada de decisões equivocadas e na confusão de qual seria o patrimônio da empresa e qual o patrimônio particular.	A partir do momento que não se tem segregação entre capital da PF e da PJ, a contabilidade passa a não ter mais tanto valor e utilidade, de modo que não se tem os valores e resultados exatos da operação da empresa.
8- Como você acredita que as informações contábeis possam ser afetadas por alguma confusão patrimonial?	Para a maioria dos respondentes, as informações contábeis não são afetadas pela confusão patrimonial. Para um, a confusão pode alterar os balanços e a retirada de dinheiro.

Fonte: Dados da pesquisa

Verificou-se que a empresa não faz a devida separação entre o que pertence à empresa e o que pertence aos sócios e que a mistura das contas da pessoa física com a jurídica atrapalha a empresa. No que refere-se à formação profissional, evidencia-se que esta não afeta a gestão, tanto que os sócios não tem formação acadêmica e a empresa esta no mercado há bastante tempo, acreditando que o conhecimento prévio auxilia na administração, porém apenas em conjunto com a vivência de mercado é possível moldar as práticas de gestão.

A sobrecarga do gestor e o fator cultural são consequências geradas pela confusão patrimonial, mas é importante destacar que o comodismo muita das vezes é o real fator de sobrecarga do gestor. Sobre os possíveis problemas gerados pela mistura entre bens de sócios, empresa e funcionários, os entrevistados citaram a falta de capital, problemas de caixa. No que tange as informações contábeis poderem ser afetadas pela confusão patrimonial, a maioria dos entrevistados (seis) relataram que as informações contábeis não são afetadas pela confusão patrimonial. Para um, a confusão pode alterar os balanços e a retirada de dinheiro.

A confusão patrimonial é evidenciada quando os negócios dos sócios se confundem com os da pessoa jurídica, situações em que ocorre o abuso da personalidade jurídica, desvio de finalidade (GALLI *et al.*, 2013).

Os gestores deviam fazer a devida separação entre o que pertence à empresa e o que cabe aos sócios, ou seja, o patrimônio da empresa não se confunde com o dos sócios. Para Farias (2009), com a devida separação, a empresa teria números mais exatos sobre a situação financeira e econômica. Os empresários deveriam compreender que tal atitude compromete o desenvolvimento da entidade e a continuidade da mesma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou analisar a percepção dos gestores em relação ao uso das informações contábeis gerenciais no que concerne à confusão patrimonial de uma empresa familiar.

Constatou-se que referente aos benefícios do uso da contabilidade, foi citada a tomada de decisões, auxiliando nos relatórios, utilizados em prestações de fluxos de caixas, apuração de impostos, registro de funcionários. Observou a não realização de troca de mandato como algo benéfico porque evita sucessores e mantém o quadro administrativo da empresa com maior tempo de gestão. Os entrevistados sugerem que é importante ter informações para definir os orçamentos anuais.

Sobre o perfil da empresa, evidenciou-se que a mesma ainda incipiente no mercado atual, poderá ganhar mais destaque com a parceria com a rede Smart. Os resultados evidenciam que ocorre a confusão patrimonial na empresa haja vista que não existe a separação entre o que pertence à empresa e o que pertence aos sócios.

No que se refere à confusão patrimonial, constatou-se que a empresa não faz a devida separação entre o que pertence à empresa e o que pertence aos sócios, de modo que a mistura das contas da pessoa física com a jurídica confunde-se com a da empresa. É necessário destacar que muitas vezes por comodidade, os gestores preferem “confundir” o patrimônio, a ter que fazer a devida separação, pois seria um trabalho mais dispendioso.

Constatou-se, com o presente estudo, que os gestores adotam e utilizam a informação contábil gerencial especialmente em termos fiscais. Assim, espera-se, com este trabalho, contribuir para o desenvolvimento das empresas familiares que prestam serviços à comunidade, bem como para que os gestores possam avaliar as práticas contábeis e informações gerenciais como instrumentos de auxílio na tomada de decisões.

Recomenda-se, para futuros estudos, a aplicação desta pesquisa para uma amostra maior de gestores e/ou supermercados, pois os resultados poderão ser comparados com os deste estudo.

REFERÊNCIAS

- AAKER, D. A. et al. **Marketing Research**. 7a. ed. New York: John Wiley & Sons, Inc. 2001.
- AHANGAR, R. G. The relationship between intellectual capital and financial performance: An empirical investigation in an Iranian company. **African Journal of Business Management**, v. 5, p. 88-95, 2011.
- ANHOLON, R., ZOQUI, E. J., PINTO, J. DE S., MORETTI, D. DE C. Características administrativas de micro e pequenas empresas: confronto entre a teoria e a prática. **Metrocamp Pesquisa**, v.1, n.1, p. 88-103, 2007.
- ALMEIDA, D. M.; VARGAS, A. J.; RAUSCH, R. B. Relação entre ensino e pesquisa em controladoria nos cursos de pós-graduação stricto sensu em Ciências Contábeis brasileiros 2011. In: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – ANPCONT, 5, 20 a 22 de junho de 2011, Vitória/ES. **Anais...** Vitória/ES. 2011.
- ANTUNES, M. T. P.; MARTINS, E. Capital Intelectual: seu entendimento e seus impactos no desempenho de grandes empresas brasileiras. **Revista de Administração e Contabilidade Unisinos**, v. 4, n. 1, p. 05-21, 2007.
- ASCARELLI, Tullio. A Atividade do Empresário. Trad. de Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França. **Revista de Direito Mercantil Industrial, Financeiro e Econômico**. São Paulo, v. 42, n. 132, p. 203-215, out./dez. 2003.
- BAYBURINA, E.; GOLOVKO, T. Design of sustainable development: intellectual value of large BRIC companies and factors of their growth. **Electronic Journal of Knowledge Management**, v. 7, n.5, p. 535-558, 2009.
- BONTIS, N.; KEOW, W. C. C.; RICHARDSON, S. Intellectual Capital and Business Performance in Malaysian Industries. **Journal of Intellectual Capital**, v. 1, n. 1, p. 85-100, 2000.
- CARVALHO, F. M.; KAYO, E. K.; MARTIN, D. M. L. Tangibilidade e intangibilidade na determinação do desempenho persistente de firmas brasileiras. **RAC**, Curitiba, v. 14, n. 5, p. 871-889, 2010.
- CEZARINO, L. O.; CAMPOMAR, M. C. Micro empresas: Características Estruturais e Gerenciais. **Anais do IV Congresso de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo**, FEA/USP. São Paulo. 2009.
- FARIAS, Cristiano Chaves. Direito civil: teoria geral. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009. p.386.
- FUJI, A. H.; SLOMSKI, V. Subjetivismo Responsável: necessidade ou ousadia no estudo da Contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, n.33, p.33-44, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772003000300003>.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. V. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

HONORATO, H. G. **A influência dos ativos intangíveis na análise de risco de crédito de empresas de base tecnológica**. Dissertação de Pós-graduação em Gestão Empresarial da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3764/dissertacaofinal.pdf?sequence=1>. Acesso em 7 jul. 2019.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KAMATH, G. B. Intellectual capital and corporate performance in Indian pharmaceutical industry. **Journal of Intellectual Capital**, v. 9, n. 4, p. 684-704, 2008.

KAYO, E. K. Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. **Revista de administração contemporânea**, v. 10, n. 3, p. 73-90, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/> >. Acesso em: 07 jul. 2019.

KOLIVER, O. **Contabilidade de Custos**. 1. ed. 2. reimpr. Curitiba: Juruá, 2010. 522 p.

LENZI, F. C.; KIESEL, M. D. (Org.). **O Empreendedor de Visão**. São Paulo: Atlas, 2009.

LOPES, A. B. **Teoria da Contabilidade: Uma Nova Abordagem**. São Paulo: Atlas, 2008. 181 p.

MADITINOS, D.; CHATZOUDES, D.; TSAIRIDIS, C.; THERIOU, G. The impact of intellectual capital on firms' market value and financial performance. **Journal of Intellectual Capital**, v. 12, n. 1, p. 132-151, 2011.

MARTINS, E. **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica**. São Paulo: Atlas, 2001.

NASCIMENTO, E. M.; OLIVEIRA, M. C.; MARQUES, V. A.; CUNHA, J. V. A. Ativos intangíveis: análise do impacto do grau de intangibilidade nos indicadores de desempenho empresarial. **Enfoque reflexão Contábil**. Maringá - Paraná, v. 31, n.1, p.37-52, 2012.

OKUBO, Yoshiko. **Bibliometric indicators and analysis of research systems: methods and examples**. Paris: OECD, 1997.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. **Ativos intangíveis e o desempenho empresarial**. Revista Contabilidade & Finanças – USP, n.40, v.17, abril, p.35-42, 2006.

REA, L.; PARKER, R. **Metodologia de pesquisa- do planejamento à execução**. São Paulo: Editora Guazzeli, 2000. 83p.

SILVA, L. S.; SANTOS, J. G. C.; SILVA, A. H. M.; GALLON, A. V.; DE LUCA, M. M. M. Intangibilidade e Inovação em Empresas no Brasil. In: XXXV EnANPAD, **Anais...** Rio de Janeiro, 2011.

SILVEIRA, F. N. S.; *et al.* **Operacionalização de métodos de mensuração de ativos intangíveis em uma empresa do setor elétrico.** 6º Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade. São Paulo, 2009.

ANEXO

ENTREVISTA (utilizando de questões estruturadas)

PESQUISA CIENTÍFICA NA FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS/UFU

Esta pesquisa está sendo realizada pelo aluno Igor Pereira Rodrigues, orientado pelo professor (Carlos Antônio Pereira). O tema da pesquisa é **“CONFUSÃO PATRIMONIAL EM EMPRESA FAMILIAR: estudo de caso de uma rede de supermercados em Uberlândia”**.

Sua participação nesta pesquisa é de extrema importância!

Contato – aluno Igor: igorpereirar96@hotmail.com

I – Caracterização do Respondente

Marque “X” na alternativa correspondente à sua resposta.

1) Sexo ☐ Masculino ☐ Feminino	2) Idade: _____ 2.1) Função na empresa:	3) Tempo de Gestão/ Atual ☐ menos de 1 ano ☐ de 1 a 2 anos ☐ de 2 a 5 anos ☐ acima de 5 anos
4) Qual sua escolaridade? ☐ Ensino Fundamental. ☐ Ensino Médio. ☐ Ensino Superior completo. ☐ Ensino Superior incompleto. ☐ Pós-Graduação. ☐ Outra _____.	5) Qual é a ligação do administrador da empresa com a mesma? ☐ Sócio proprietário. ☐ Terceiro com ligação com o proprietário (filho, esposa, pai, etc.). ☐ Terceiro sem ligação com o proprietário.	6) Qual seu conhecimento sobre contabilidade? ☐ Muito conhecimento. ☐ Pouco conhecimento. ☐ Nenhum conhecimento.

II – Fatores que geram Confusão patrimonial

1- Na sua percepção o Uso da informação Contábil Gerencial e Financeira em empresa familiar trazem benefícios...
1. Na tomada de decisões (como, de que forma, você já utilizou, para que, obteve resultados positivos..., quais são as dificuldades de utilização...)
2. Na transferência de mandatos ou troca de administrador (para qual finalidade)
3. Na elaboração do Orçamento anual
4. Na prestação de contas anual à Assembleia Geral ou para prestação de contas em reuniões periódicas
5. No controle do fluxo de caixa (entrada e saída de recursos)
6. Nas situações de ações judiciais
7. Controles internos (estoque, departamento pessoal, tributos...)

2- Perfil da empresa
1. Como você enxerga a imagem da empresa perante o mercado?
2. Qual é o principal papel da contabilidade para a empresa? E quais são os papéis menos importantes que são de obrigação da contabilidade para com a empresa?
3. A contabilidade atual da empresa desempenha seu papel de forma satisfatória?
4. O profissional da área contábil que presta esse serviço orienta os administradores para que façam a devida separação entre o que pertence à pessoa jurídica do que pertence à pessoa física.
5. A empresa enxerga a contabilidade essencial para auxiliar na tomada de decisão.

3- Gestão e confusão patrimonial
1. A empresa faz a devida separação entre o que pertence à empresa e o que pertence aos sócios
2. A mistura das contas da pessoa física com a jurídica atrapalha a empresa
3. A formação profissional afeta a gestão
4. Você acredita que a experiência da prática do mercado de trabalho é mais importante que os conhecimentos adquiridos por meio de estudos? Por quê?
5. A sobrecarga do gestor e o fator cultural são consequências geradas pela confusão patrimonial
6. Na sua opinião quais são os possíveis problemas gerados pela mistura entre bens de sócios, empresa e funcionários? E quais as consequências que podem ser identificadas dessa confusão patrimonial?
7. A confusão patrimonial atua sobre tomada de decisões equivocadas e na confusão de qual seria o patrimônio da empresa e qual o patrimônio particular.
8. Como você acredita que as informações contábeis possam ser afetadas por alguma confusão patrimonial?

Obrigado por participar da pesquisa, caso queira receber os resultados indique seu e-mail:
